



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0203591-2

200

IMPETRANTES : MARCOS BENÍCIO DE MELO
PACIENTE : MARCOS BENÍCIO DE MELO
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : ÁGUA PRETA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. QUADRILHA E ROUBO (ART.288 E ART.157, AMBOS DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRAZOS PROCESSUAIS NÃO SÃO PEREMPTÓRIOS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº64 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

II- O atraso no andamento do feito decorre de sua complexidade, uma vez que o processo envolve 7(sete) denunciados e houve necessidade de expedição de cartas precatórias.

III-O atraso no andamento do feito pode ser atribuído ainda à demora do paciente em apresentar defesa preliminar, encontrando-se o feito com vistas à Defensoria Dativa do acusado para esse fim. De acordo com a Súmula nº64 do STJ, não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

IV- Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0203591-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

201

HABEAS CORPUS Nº 0203591-2

IMPETRANTE : MARCOS BENÍCIO DE MELO
PACIENTE : MARCOS BENÍCIO DE MELO
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : ÁGUA PRETA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATÓRIO

O presente Habeas Corpus foi impetrado por **MARCOS BENÍCIO DE MELO**, em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Água Preta, relativamente ao processo nº 201.2005.000063-0.

O impetrante/paciente alega, em síntese, o seguinte: encontra-se segregado desde 11/08/2006, sem que tenha sequer comparecido a uma audiência, estando configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Por fim, requer a concessão da ordem em seu favor.

A inicial veio acompanhada do documento de fls.04/06

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 18/19, acostando os documentos de fls.20/66.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça, Mário Germano Palha Ramos, ofertou parecer às fls. 70/76, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des.Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

202

HABEAS CORPUS Nº 0203591-2

IMPETRANTE : MARCOS BENÍCIO DE MELO
PACIENTE : MARCOS BENÍCIO DE MELO
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : ÁGUA PRETA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

VOTO

O presente Habeas Corpus foi impetrado por **MARCOS BENÍCIO DE MELO** em seu favor relativamente ao processo nº 201.2005.000063-0, a que responde na Primeira Vara da Comarca de Água Preta, pela prática dos delitos previstos nos artigos 288 e 157, ambos do CP¹.

O impetrante alega estar configurado o excesso de prazo em razão do excesso de tempo que o paciente se encontra preso – desde 11/08/2006, sem que a instrução criminal tenha chegado ao fim.

Pois bem.

Segundo consta da denúncia(fls.24/25), o paciente, procedente do Estado de São Paulo, chefia uma quadrilha especializada em tráfico de drogas, armas de fogo e roubo a caminhoneiros no Município de Xexéu. No entanto, foi denunciado apenas pelos crimes de roubo e quadrilha.

Ab initio, impende realçar que os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

¹ CP

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Quadrilha ou bando

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:
Pena - reclusão, de um a três anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

203

As informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, esclarecem que se trata de feito complexo, com pluralidade de réus (sete ao todo) e necessidade de expedição de cartas precatórias. O atraso no andamento do feito pode ser atribuído ainda à demora do paciente em apresentar defesa preliminar, encontrando-se o feito com vistas à Defensoria Dativa do acusado para esse fim.

Nesse caso, aplica-se a Súmula nº 64 do STJ, que dispõe, *in verbis*: "Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

No caso em comento, entendo que, embora manifesta a demora para a conclusão da instrução criminal, não se extrapolou o limite aceitável, considerando-se a complexidade do feito.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do E. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. REVOGAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA DEVIDAMENTE JUSTIFICADO. COMPLEXIDADE DO FEITO (EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS). LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 2º, II, da Lei 8.072/90. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo o entendimento pacificado neste Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.

2. Tem-se como justificada a exasperação do prazo na conclusão da instrução criminal, tendo em vista tratar-se de ação penal complexa, com necessidade de expedição de cartas precatórias a fim de interrogar testemunhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

204

3. [...]

4. Ordem denegada.

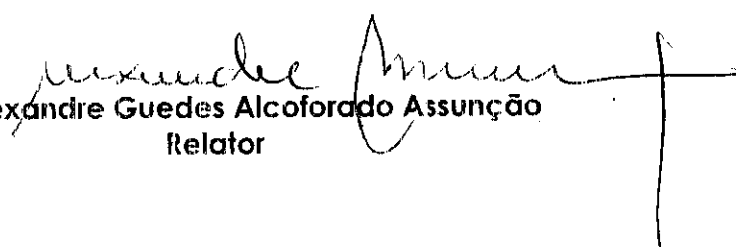
(HC 76.205/PI, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 18/05/2009, grifos nossos)

Assim, não observei qualquer ilegalidade na segregação do acusado a ser sanada por meio do presente writ e entendo infundadas as alegações do impetrante/paciente, cuja periculosidade é evidente, como depreende-se da denúncia.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem, devendo-se oficializar a autoridade apontada como coatora acerca da possibilidade de aplicação do art.80 do Código de Processo Penal² e para que, com a brevidade possível, sentencie o feito em questão.**

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

² CPP

Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.